EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 - ATUB

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM

CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

AUDITOR DE ATIVIDADES URBANAS

105 CONTROLE AMBIENTAL

Data da prova:
Domingo, 15/10/2023

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
  - 1 (um) caderno de questões contendo a prova objetiva, com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas de resposta e apenas 1 (uma) alternativa correspondente ao comando de cada questão; e
  - 1 (uma) folha de respostas personalizada.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Fez-se do amigo próximo, distante.

- Verifique se estão corretos a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e os dados da folha de respostas.
- Você dispõe de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos para fazer a prova e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas e retirar-se da sala.
- Você somente poderá deixar o local de aplicação de provas levando o caderno de questões quando faltarem 53 (cinquenta e três) minutos para o término do tempo definido para realização da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas devidamente assinada.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não é permitida a utilização de lápis.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas, uma única alternativa.
- A folha de respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "U"

Realização iades

PROVA APLICADA

PROVA OBJETIVA

DISCIPLINAS GERAIS
Questões de 1 a 16

QUESTÃO 1

O auditor, ao planejar e executar a auditoria, deve adotar uma postura questionadora, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis. Essa atitude do auditor está diretamente relacionada com o requisito denominado

(A) ceticismo profissional.
(B) avaliação de riscos.
(C) zelo profissional.
(D) obtenção de evidências.
(E) julgamento profissional.

QUESTÃO 2

Risco de auditoria equivale ao risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. Há risco que decorre da atuação do auditor e há aquele que existe independentemente desse profissional. A esse respeito, é considerado risco do auditor o risco de que

(A) as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria.
(B) os controles existentes falhem e não detectem uma distorção relevante.
(C) os procedimentos executados não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, independentemente da presença do controle.
(D) o processo a ser auditado possa apresentar distorção relevante.
(E) a evidência de auditoria encontrada não indique a existência de distorção relevante.

QUESTÃO 3

A implementação do sistema de controle interno de uma entidade pressupõe a observância de alguns princípios fundamentais, como a atribuição de responsabilidades, a definição de rotinas internas e a limitação de acesso aos ativos. A verificação periódica para detectar se as normas internas estão sendo seguidas e a avaliação da necessidade de novas normas internas ou de adaptações das já existentes são feitas pela(o)

(A) auditoria independente.
(B) órgão de fiscalização de classe – CFC.
(C) Comitê das Organizações Patrocinadoras – COSO.
(D) auditoria interna.
(E) programa de auditoria.

Área livre

QUESTÃO 4

O Relatório de Auditoria é um documento por meio do qual o auditor independente expressa, de forma clara e objetiva, a própria opinião acerca das demonstrações contábeis auditadas. No que se refere aos tipos de opinião, o auditor deve abster-se de expressar opinião quando

(A) as demonstrações contábeis apresentarem distorções relevantes.
(B) não conseguiu obter evidência de auditoria suficiente e adequada, e os possíveis efeitos das distorções não detectadas poderiam ser relevantes e generalizados.
(C) não obteve evidência de auditoria suficiente e apropriada, porém os possíveis efeitos das distorções não detectadas poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
(D) as demonstrações contábeis indicarem distorções relevantes e generalizadas.
(E) a evidência de auditoria obtida indicar a existência de distorções generalizadas.

QUESTÃO 5

No que tange ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF) como sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos da administração direta e indireta do Distrito Federal (DF), assinale a alternativa correta.

(A) A Unidade Setorial de Gestão do SEI-GDF é competente para divulgar as políticas, as normas e os manuais relacionados à gestão e à operacionalização do SEI-GDF.
(B) Entre os objetivos do SEI-GDF, está o de aumentar o uso de papel e os custos operacionais e de armazenamento da documentação física.
(C) Entre os objetivos do SEI-GDF, está o de flexibilizar a segurança e relativizar a confiabilidade dos dados e das informações.
(D) Os serviços sociais autônomos e as organizações sociais com contrato de gestão regular e vigente perante o DF não integram a estrutura de gestão do SEI-GDF.
(E) O SEI-GDF foi instituído como sistema oficial de gestão de documentos e processos administrativos eletrônicos e digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades do DF, ficando vedadas iniciativas para implantar sistema semelhante e com o mesmo propósito.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 6

Quanto aos aspectos relacionados ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), assinale a alternativa correta.

(A) O nível "Restrito" no SEI-GDF é aplicado a processos e documentos disponíveis apenas para usuários com credencial de acesso ou assinatura.
(B) O SEI-GDF é um sistema interativo e de aprendizagem constante, de modo que o usuário, ao escolher a demanda que deseja e direcionar para o órgão da Administração Pública, é obrigado a também escolher o nível para cadastro da demanda e dos documentos no ato de sua produção, que são os níveis "Público", "Restrito" e "Sigiloso".
(C) Os níveis de acesso possíveis para cada tipo de processo no SEI-GDF são configurados posteriormente, razão pela qual o usuário apenas conseguirá selecionar o nível de acesso após ter configurado todo o processo.
(D) O nível "Sigiloso" no SEI-GDF é aplicado a processos e documentos disponíveis para visualização por usuários das unidades em que o processo tramitará.
(E) O processo tem início no SEI-GDF com o acesso "Público" e, caso receba um documento restrito (com informações pessoais, por exemplo), permanecerá com o nível de acesso "Público".

QUESTÃO 7

No que concerne ao acesso à informação no contexto da Constituição de 1988 e no âmbito do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

(A) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
(B) Como o constituinte de 1986/1987 não dispunha de tecnologia, e tampouco das teorias constitucionais desenvolvidas ao longo das décadas que se seguiram, os direitos fundamentais hoje continuam "engessados", não tendo a Constituição autorizado o seu desenvolvimento no decorrer do tempo.
(C) No interesse do representado, é direito do defensor ter acesso amplo aos elementos de prova em qualquer etapa do procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária e que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
(D) Para o Supremo Tribunal Federal, o verbete 14 de sua súmula vinculante alcança sindicância administrativa objetivando elucidar fatos sob o ângulo do cometimento de infração administrativa.
(E) O Supremo Tribunal Federal considerou que documentos e informações contidos nos procedimentos de competência do Tribunal de Contas da União poderão ser acessados a qualquer tempo, independentemente de a informação estar consolidada.

Área livre

QUESTÃO 8

No que se refere ao acesso à informação no contexto da Constituição de 1988 e no âmbito do Distrito Federal (DF), assinale a alternativa correta.

(A) O setor privado não deve se subordinar à Lei Distrital nº 4.990/2012 (LAI-DF), mesmo tratando-se de entidades sem fins lucrativos e que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
(B) Segundo a Lei Distrital nº 4.990/2012, informação pessoal é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
(C) Constitui-se diretriz da Lei Distrital nº 4.990/2012 a observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
(D) Na forma da Lei Distrital nº 4.990/2012, informação sigilosa é aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
(E) A Lei Distrital nº 4.990/2012 (LAI-DF) manteve a simetria e a homogeneidade em relação à Lei Federal nº 12.527/2011 (LAI), pois, nos primeiros artigos, a LAI-DF aplica-se aos órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), além da administração indireta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo DF.

QUESTÃO 9

Acerca do acesso à informação no contexto da Constituição de 1988 e no âmbito do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A disponibilidade diz respeito à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
(B) A autenticidade refere-se à qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
(C) O tratamento da informação consiste no conjunto de ações referentes à produção, à recepção, à classificação, à utilização, ao acesso, à reprodução, ao transporte, à transmissão, à distribuição, ao arquivamento, ao armazenamento, à eliminação, à avaliação, à destinação ou ao controle da informação.
(D) Integridade relaciona-se à qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
(E) Primariedade é a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 10

Com relação aos níveis de transparência e ao tratamento da informação, assinale a alternativa correta.

(A) A transparência reativa implica a obrigação do Estado de divulgar, especialmente na internet, os documentos que estão sob sua responsabilidade e que não estão sujeitos a sigilo. Essa divulgação deve ser feita de forma ampla e acessível, permitindo que a sociedade tenha conhecimento e possa acompanhar as ações e os projetos relacionados às políticas públicas do Distrito Federal.
(B) O Superior Tribunal de Justiça considerou incluir, no relevo do acesso à informação, a transparência ativa, isto é, o direito do cidadão de requerer a produção de informação não disponível para a Administração Pública, mas que esta tem condições de confeccionar.
(C) A transparência reativa é uma regra, o sigilo é uma exceção, e o Estado deve justificar, de forma consistente e fundamentada, qualquer descumprimento desse dever de publicidade.
(D) O acesso à informação como direito fundamental encontra um núcleo de tangibilidade e passível de ponderação. É nesse contexto que o Distrito Federal deve prestar a informação de forma ágil, transparente e com linguagem de fácil compreensão.
(E) Uma vertente da transparência ativa remete ao dever estatal de dar publicidade às informações públicas que as detém.

QUESTÃO 11

De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011 – o acesso a informações públicas

(A) será assegurado, não exclusivamente, mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e nas entidades do poder público, em local com condições apropriadas para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações.
(B) providenciará o protocolo de documentos e requerimentos de acesso a informações somente no formato presencial.
(C) notificará acerca da tramitação de documentos apenas nas respectivas unidades e presencialmente.
(D) promoverá o desestímulo à participação popular ou a outras formas de divulgação de informações.
(E) promoverá o desestímulo à realização de audiências ou consultas públicas.

Área livre

QUESTÃO 12

Em relação às disposições relacionadas à Lei Distrital nº 4.990/2012, assinale a alternativa correta.

(A) São consideradas prescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado as informações cuja divulgação ou cujo acesso irrestrito possam pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população.
(B) Pode ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
(C) As informações ou os documentos que versem a respeito de condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas podem ser objeto de restrição de acesso.
(D) O disposto na Lei Distrital nº 4.990/2012 exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, bem como as hipóteses de segredo empresarial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Distrito Federal ou por pessoa física ou jurídica que tenha qualquer vínculo com o poder público.
(E) A informação em poder dos órgãos e das entidades sujeitos à Lei Distrital nº 4.990/2012, observado o respectivo teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Distrito Federal, pode ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

QUESTÃO 13

Qual é o objetivo principal da realização de entrevistas e inquéritos como técnicas de abordagem em uma auditoria?

(A) Verificar a conformidade com regulamentações governamentais.
(B) Confirmar informações financeiras com terceiros.
(C) Avaliar a eficácia dos controles internos.
(D) Obter informações adicionais de funcionários e partes interessadas.
(E) Identificar discrepâncias nas demonstrações financeiras.

QUESTÃO 14

Certa empresa de tecnologia, que presta serviços a determinado órgão público, está sendo auditada quanto à conformidade com as políticas de segurança de dados. Durante a auditoria, um auditor desse órgão encontrou uma vulnerabilidade significativa e grave no sistema de segurança, que poderia resultar em uma violação de dados em larga escala. Assinale a alternativa que apresenta a conduta a ser adotada no caso apresentado.

(A) Emitir um relatório de auditoria sem ressalvas, destacando a vulnerabilidade.
(B) Comunicar imediatamente a alta administração da empresa e a sua chefia, além de recomendar ações corretivas.
(C) Ignorar a vulnerabilidade, uma vez que a auditoria não se concentra em assuntos relativos à segurança de dados.
(D) Encerrar a auditoria sem emissão de opinião em função da vulnerabilidade.
(E) Emitir um relatório adverso em razão da vulnerabilidade encontrada.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 15

Com base nas normas jurídicas, constitucionais e legais, aplicáveis à legislação geral de processo administrativo vigente no Distrito Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) No processo administrativo, devem ser observados, entre outros, os princípios processuais-constitucionais do "juízo natural", do "duplo grau de jurisdição" e da "inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos".
(B) No processo administrativo, devem ser assegurados aos litigantes o contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes.
(C) Os princípios legais da "razoabilidade" e da "proporcionalidade", aplicáveis ao processo administrativo, devem ser aplicados com observância ao critério de adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
(D) Os critérios legais indicativos tanto da observância apenas das formalidades essenciais à garantia dos direitos do interessado quanto da adoção de formas simples suficientes ao necessário grau de certeza, segurança e respeito aos direitos do interessado podem ser sumariados pela ideia de "formalismo moderado".
(E) Entre os direitos legais do interessado, está o de fazer-se sempre assistido e processualmente representado por advogado, impondo-se o dever da Administração Pública de providenciar, caso o interessado não possa custear aquele profissional jurídico, a competente atuação de procurador público ou defensor público que supra aquela atuação técnica.

QUESTÃO 16

Acerca dos "direitos", dos "deveres" e das regras de "competência" e (ou) de "impedimento" ou "suspeição", disciplinados pelas normas jurídicas da lei geral de processo administrativo vigente no Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

(A) É direito legal do interessado ser tratado respeitosamente, com adequada e facilitada informação a respeito dos respectivos direitos processuais e da tramitação de seus requerimentos administrativos.
(B) É direito legal do interessado ter vista pessoal dos autos dos processos administrativos, mas não obter cópia e (ou) certidão das informações e (ou) dos documentos neles contidos.
(C) É dever legal do interessado expor os fatos pertinentes ao correspondente processo administrativo conforme melhor lhe pareça e atenda aos próprios interesses.
(D) Conquanto a competência seja irrenunciável, ela pode ser avocada por ato da própria autoridade competente em favor de outra autoridade vinculada a outro órgão/entidade com equivalente capacidade administrativa.
(E) Há impedimento funcional de atuação a todo aquele agente/servidor público que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o interessado.

Área livre

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS
Questões de 17 a 50

QUESTÃO 17

De acordo com a organização administrativa do Instituto Brasília Ambiental, assinale a alternativa que indica uma competência da Superintendência de Fiscalização Ambiental e de suas unidades subordinadas.

(A) Avaliar os pedidos e elaborar minutas para a celebração de termo de compromisso ambiental nos processos concernentes aos autos de infração.
(B) Propor medidas e fornecer subsídios para a elaboração de normas, padrões e parâmetros aplicáveis ao licenciamento ambiental para prevenir e controlar a poluição, degradação ambiental em qualquer uma de suas formas e utilização dos recursos naturais.
(C) Emitir diretrizes, informações técnicas e fornecer dados estruturados para subsidiar a gestão das unidades de conservação e parques, o licenciamento, a fiscalização e a educação ambiental.
(D) Fiscalizar e controlar o efetivo cumprimento das exigências, restrições e condicionantes do licenciamento ambiental.
(E) Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas ambientais e de recursos hídricos.

QUESTÃO 18

A respeito do processo de apuração de infrações ambientais, assinale a alternativa correta.

(A) Impugnação, defesa ou recurso interposto pelo infrator tem efeito suspensivo para todas as penalidades aplicadas, que somente poderão ser exigidas quando a decisão administrativa se tornar irrecorrível.
(B) Ao agente público é vedado aplicar duas ou mais sanções administrativas de forma cumulativa à vista do mesmo fato, sob pena de configurar-se *bis in idem*.
(C) As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração acarretarão sua nulidade.
(D) A não apresentação de impugnação ou defesa exclui a necessidade de julgamento do auto de infração.
(E) A recusa do autuado em exarar sua ciência ao auto de infração poderá ser suprida pela assinatura de duas testemunhas, além da assinatura do agente autuante.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 19

Acerca das atribuições legais, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas – especialidade controle ambiental, assinale a alternativa correta.

(A) Compete exclusivamente ao Ibama a apuração de infrações ambientais ocorridas em unidade de conservação instituída pela União e localizada no Distrito Federal.
(B) O exercício do poder de polícia poderá ser delegado pelo órgão ambiental a outros órgãos e(ou) entidades da Administração Pública, ainda que não integrantes do Sisnama.
(C) O Auditor Fiscal de Atividades Urbanas – especialidade controle ambiental, que tiver ciência ou notícia de ocorrência de infração ambiental, é obrigado a promover a sua apuração imediata, sob pena de se tornar corresponsável.
(D) Compete à presidência do Instituto Brasília Ambiental editar portaria específica designando servidor efetivo para o exercício das atividades fiscalizatórias.
(E) É nulo o auto de infração lavrado por auditor fiscal de atividades urbanas em face de empreendimento licenciado pelo órgão ambiental federal, cabendo a atividade fiscalizatória, nesse caso, exclusivamente ao Ibama.

QUESTÃO 20

O Estatuto das Cidades estabelece que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT) foi estabelecido pela Lei Complementar nº 803/2009 e delimita as vocações e limitações do território de três Macrozonas, que são

(A) Macrozona Econômica, Macrozona Agropecuária e Macrozona Industrial.
(B) Macrozona Habitacional, Macrozona Monumental e Macrozona Ambiental.
(C) Macrozona Industrial, Macrozona Rural, Macrozona de Uso Sustentável.
(D) Macrozona Rural, Macrozona Urbana e Macrozona de Proteção Integral.
(E) Macrozona Agropecuária, Macrozona habitacional e Macrozona de Uso Sustentável.

Área livre

QUESTÃO 21

De acordo com o último censo do IBGE (2022), o Distrito Federal possui 2.817.068 habitantes representando o terceiro maior centro urbano brasileiro. Essa grande população gera resíduos que precisam receber destinação adequada. Diante dessa necessidade foi inaugurado em 2017 o Aterro Sanitário de Brasília (ASB). A respeito da operação e infraestrutura do ASB, é correto afirmar que o

(A) ASB opera 12 h/dia todos os dias da semana.
(B) ASB recebe resíduos da Classe II A, ou seja, resíduos não perigosos e não inertes provenientes da coleta domiciliar e de limpeza pública.
(C) ASB terá um tempo de operação de 25 anos.
(D) ASB recebe resíduos da construção civil.
(E) efluente da estação de tratamento de chorume do ASB é encaminhado para o Riacho Fundo.

QUESTÃO 22

No âmbito federal, a base para o estabelecimento e a gestão de unidades de conservação é a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) enquanto no Distrito Federal as regras para as Unidades de Conservação Distritais são determinadas pela Lei Complementar nº 827/2010 que criou o Sistema Distrital de Unidades de Conservação (SDUC). De acordo com o SDUC, acerca das unidades de conservação distritais de uso sustentável, assinale a alternativa correta.

(A) Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Distrital, Parque Ecológico, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
(B) Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Distrital, Parque Ecológico, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
(C) Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Distrital, Parque Distrital, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
(D) Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Distrital, Parque Ecológico, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
(E) Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Distrital, Parque Distrital e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

QUESTÃO 23

A representação padrão para indicar as coordenadas geográficas nos Relatórios de Auditoria e Fiscalização (RAF) da Fiscalização Ambiental é feita por meio de

(A) latitude.
(B) graus, minutos e segundos.
(C) graus decimais.
(D) coordenadas UTM.
(E) longitude.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 24

Acerca do Sistema de Projeção UTM, assinale a alternativa correta.

(A) Foi adotado pelo IBGE como padrão para o mapeamento sistemático do país.
(B) É um sistema de projeção cartográfica elaborado a partir de uma modificação da projeção de Gall-Peters.
(C) É constituído por 360 zonas de 1° de longitude, numeradas (de 1 a 360) a partir da linha do Equador.
(D) Nesse Sistema, o cone tangente foi colocado em posição oblíqua.
(E) Nesse Sistema, é necessária a indicação da zona e do identificador do ponto a ser georreferenciado.

QUESTÃO 25

Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS) refere-se à constelação de satélites que possibilita o posicionamento em tempo real de objetos, bem como a navegação em terra ou mar. Esses sistemas são utilizados em diversas atividades/áreas, como mapeamentos topográficos e geodésicos, aviação, navegação marítima e terrestre, monitoramento de frotas, demarcação de fronteiras, agricultura de precisão, entre outros. Para que haja uma cobertura global, uma constelação de satélites deve possuir um mínimo de 24 satélites posicionados de forma que um determinado receptor sobre a superfície terrestre possa ter um mínimo de quatro satélites no horizonte para serem detectados.

Qual dos sistemas a seguir apresenta cobertura global?

(A) *Navigation with Indian Constellation* (NavIC)
(B) *South American Datum* 1969 (SAD 69)
(C) *Quasi-Zenith Satellite System* (QZSS)
(D) *Globalnaya Navigatsionnaya Sputnikovaya Sistema* (GLONASS)
(E) Sistema Geodésico Brasileiro (SGB)

QUESTÃO 26

As entidades privadas não prestadoras de serviços públicos podem participar da Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal (IDE/DF) como fornecedoras de geoinformação de interesse público, desde que formalizem seu interesse e sigam as normas e os padrões da IDE/DF. Esse compartilhamento e disponibilização se darão por meio de

(A) protocolo de intenções.
(B) decreto do governador do Distrito Federal.
(C) projeto de lei complementar.
(D) parceria público-privada.
(E) termo de adesão.

Área livre

QUESTÃO 27

O novo mapeamento do Distrito Federal, elaborado pela Terracap, é composto por 244 folhas articuladas no SICAD, escala 1:10.000, abrangendo todo o território do Distrito Federal, referenciadas ao Sistema SIRGAS 2000. Nessa escala, é correto afirmar que 1 cm no mapa corresponde a qual valor real no terreno?

(A) 10.000 m
(B) 1.000 m
(C) 100 m
(D) 10 m
(E) 1 m

QUESTÃO 28

Um sistema de coordenadas planas ou cartesianas baseia-se na escolha de eixos perpendiculares, cuja interseção é denominada origem (é estabelecida como base para a localização de qualquer ponto do plano). Cada ponto, dessa forma, será representado por dois números: um correspondente à projeção sobre o eixo x (horizontal), associado à longitude; outro correspondente à projeção sobre o eixo y (vertical), associado à latitude.

O Sistema UTM utiliza coordenadas planas. Qual é a origem da longitude nesse sistema?

(A) 500.000 m no meridiano central de cada zona/fuso, com valores crescentes na direção leste e decrescente na direção oeste (vale para ambos os hemisférios).
(B) 10.000.000 m na linha do Equador, com valores decrescentes na direção sul.
(C) 0 m na linha do Equador, com valores crescentes na direção norte.
(D) 500.000 m na linha do Equador, com valores fixos na direção de ambos os polos.
(E) 0 m no antimeridiano de Greenwich, com valores decrescentes na direção oeste.

QUESTÃO 29

As coordenadas UTM referentes ao edifício onde funciona o Brasília Ambiental são: 189.960 m E, 8.256.000 m S (Zona 23L). Qual é a distância entre o Brasília Ambiental e a linha do Equador?

(A) 8.256.000 m
(B) 1.744.000 m
(C) 189.960 m
(D) 379.920 m
(E) 8.066.040 m

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 30

No Distrito Federal, existe uma ferramenta pública e gratuita, em ambiente SIG, que pode ser utilizada para a busca, de forma integrada, de dados espaciais, indicadores, mapas e dados consolidados de meio ambiente, além de referências oficiais, normas, leis e relatórios governamentais.

A definição refere-se ao

(A) ArcGis.
(B) Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA).
(C) Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF).
(D) Programa Distrito Federal MAIS.
(E) Sistema Cartográfico do Distrito Federal (SICAD).

QUESTÃO 31

Com relação às circunstâncias atenuantes previstas na Lei Distrital nº 4.092/2008, assinale a alternativa correta.

(A) Comunicação prévia às autoridades competentes, pelo infrator, de perigo iminente de degradação ambiental.
(B) Colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.
(C) O empreendimento ser de pequeno porte.
(D) O empreendimento situar-se em área afastada do setor residencial.
(E) O infrator desenvolver atividades sociais ou beneficentes.

QUESTÃO 32

A respeito das circunstâncias agravantes previstas na Lei Distrital nº 4.092/2008, assinale a alternativa correta.

(A) Infração cometida aos domingos ou feriados.
(B) Infração cometida à noite.
(C) Infração facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.
(D) O infrator, tendo conhecimento do ato lesivo à saúde pública ou ao meio ambiente, deixar de agir de acordo com as providências de sua alçada para evitá-lo.
(E) Abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental.

Área livre

QUESTÃO 33

Acerca dos dispositivos previstos na Lei Distrital nº 4.092/2008, assinale a alternativa correta.

(A) A penalidade de advertência não poderá ser aplicada com fixação do prazo para a regularização da situação.
(B) A emissão de ruídos produzidos por sinos de igrejas ou templos ou sons similares e de instrumentos litúrgicos utilizados no exercício de culto ou cerimônia religiosa não está sujeita aos limites previstos nessa lei.
(C) É vedada a utilização de alto-falantes que direcionem o som exclusivamente para o ambiente externo.
(D) Nas infrações gravíssimas, as multas variam entre R$ 20.001,00 (vinte mil e um reais) a R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
(E) A emissão de sons e ruídos produzidos por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizados por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais estão sujeitos aos limites previstos nessa lei.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa que indica uma das penalidades **não** incluídas no rol da Lei Distrital nº 4.092/2008.

(A) Advertência por escrito
(B) Apreensão de instrumentos, petrechos e equipamentos
(C) Interdição parcial ou total do estabelecimento ou da atividade poluidora
(D) Intervenção em estabelecimento
(E) Inutilização de produto

QUESTÃO 35

De acordo com o caput do artigo 3º da Lei nº 4.060/2007, para efeitos desta lei, assinale a alternativa que corresponde a maus-tratos:

(A) Toda a ajuda veterinária fornecida aos animais.
(B) Atos que promovem o conforto dos animais.
(C) Atos que promovem o bem-estar animal.
(D) Atos que atentem contra a liberdade psicológica, comportamental, fisiológica, sanitária e ambiental dos animais.
(E) O fornecimento de alimentação adequada.

QUESTÃO 36

A Lei nº 4.060/2007 define sanções a serem aplicadas pela prática de maus-tratos a animais e dá outras providências. Segundo o texto do art. 6º dessa lei, é proibida a utilização de animal(is)

(A) em ruas e avenidas não pavimentadas no Distrito Federal.
(B) de qualquer espécie em apresentações de circo e congêneres no Distrito Federal.
(C) em zoológicos no Distrito Federal.
(D) de qualquer espécie em currais no Distrito Federal.
(E) em clínicas veterinárias no Distrito Federal.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 37

A Lei nº 6.647/2020 dispõe em seu art. 1º. Fica proibido, no Distrito Federal, o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos ou qualquer artefato pirotécnico, exceto os que produzem efeitos visuais sem estampido ou barulho de baixa intensidade. De acordo com o texto do seu parágrafo único, a exceção prevista no caput não se aplica aos eventos realizados

(A) ao ar livre no Distrito Federal.
(B) de forma gratuita no Distrito Federal.
(C) com a participação de animais, em áreas próximas a hospitais no Distrito Federal.
(D) com a participação de animais, em áreas próximas a zoológicos, santuários e abrigos de animais, em parques públicos e em áreas de preservação permanente.
(E) com a participação de animais, em áreas próximas a igrejas.

QUESTÃO 38

No que se refere à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e aos aspectos ambientais contidos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A Constituição Federal dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
(B) A Constituição Federal exige, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa ou moderada degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
(C) O Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e (ou) utilizadoras dos recursos ambientais não é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.
(D) As penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental foram um objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente.
(E) A construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de estudo prévio de impacto ambiental.

QUESTÃO 39

A Lei Complementar nº 827/2010, que instituiu o Sistema Distrital de Unidades de Conservação (UC), no art. 7º, divide-as em dois grupos. Considerando que o objetivo da UC de proteção integral é "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais", assinale a alternativa correspondente à UC que compõe esse grupo.

(A) Floresta distrital
(B) Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
(C) Parque ecológico
(D) Parque distrital
(E) Área de Proteção Ambiental (APA)

QUESTÃO 40

O Documento de Origem Florestal (DOF) é uma licença obrigatória para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais, que acompanha o produto até o destino final. Deve conter informações a respeito de espécies, tipo do material, volume, valor do carregamento, placa do veículo, origem, destino, além da rota detalhada do transporte. A emissão do DOF é indispensável no caso de transporte de

(A) carvão vegetal já empacotado no comércio varejista.
(B) material lenhoso proveniente de erradicação de culturas ou de podas de arborização urbana.
(C) produto florestal nativo, que se encontra em estado bruto ou *in natura*.
(D) subproduto acabado, como janelas, prensados e colados.
(E) subproduto acabado, embalado e manufaturado para uso final, como forros e compensados.

QUESTÃO 41

Com base na Resolução nº 10/2017, que dispõe acerca da dispensa de licenciamento ambiental para empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental no âmbito do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A instalação de sistema de armazenamento aéreo de combustível (SAAC) para abastecimento próprio, construído de acordo com as normas técnicas e com a capacidade total de armazenagem de até 20 m^3, é dispensada de licenciamento ambiental.
(B) Os serviços de lavanderia de qualquer porte, inclusive com uso de percloretileno ou equivalente, são dispensados de licenciamento ambiental.
(C) Empreendimentos e atividades dispensados do licenciamento ambiental que necessitarem realizar supressão de vegetação deverão solicitar Autorização de Supressão Vegetal ao órgão competente.
(D) É dispensada de licenciamento ambiental a fabricação de bebida artesanal com efluente tratado em fossa séptica (ou sistema similar), com incorporação da água no solo e sem lançamento do efluente em corpo hídrico, se produzir até 100.000 L por ano.
(E) O lava a jato para automóveis de passeio e utilitários de pequeno porte, caminhões e ônibus, com ou sem sistema de drenagem oleosa (SDO), é dispensado de licenciamento ambiental.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 42

De acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº 140/2011, assinale a alternativa correta.

(A) Harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente é um objetivo fundamental apenas da União no exercício da competência comum prevista na lei complementar.
(B) É uma ação administrativa dos estados promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APA).
(C) É uma ação administrativa dos estados promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e de atividades localizados ou desenvolvidos pelo Brasil conjuntamente com país limítrofe.
(D) Exercer o controle ambiental sobre o transporte marítimo de produtos perigosos é uma ação administrativa dos municípios.
(E) Exercer o controle ambiental sobre o transporte interestadual, fluvial ou terrestre, de produtos perigosos é uma ação administrativa dos estados e do Distrito Federal.

QUESTÃO 43

Acerca do licenciamento ambiental no Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A emissão da Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária (DCAA) para as atividades agrossilvipastoris dispensadas de licenciamento ambiental compete ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental.
(B) O ato de autorização ambiental abrange apenas a etapa de implantação dos empreendimentos, atividades, pesquisas, serviços e obras autorizados.
(C) A Licença de Operação Corretiva é um instrumento de gestão dos empreendimentos, atividades, pesquisas, serviços e obras de caráter temporário que necessitam de controle pelo órgão ambiental em função da sua natureza, peculiaridades, especificidades ou localização, e estabelece procedimentos para a respectiva realização no âmbito do Distrito Federal.
(D) O prazo de validade da autorização ambiental, deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra, e não pode ser superior a cinco anos.
(E) A renovação da Licença Ambiental Simplificada de um empreendimento ou atividade deverá ser requerida com antecedência mínima de 60 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

Área livre

QUESTÃO 44

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) – Lei Complementar nº 803/2009 – é o instrumento básico da política

(A) habitacional.
(B) ambiental.
(C) de saúde.
(D) urbana.
(E) administrativa.

QUESTÃO 45

A Lei nº 6.766/1979 dispõe sobre o parcelamento de solo urbano. Tendo em vista esse texto de lei, assinale a alternativa que **não** configura infraestrutura básica do parcelamento de solo urbano.

(A) Vias de circulação.
(B) Escoamento de águas pluviais.
(C) Instalação de guarita.
(D) Rede de abastecimento de água.
(E) Esgotamento sanitário.

QUESTÃO 46

A Lei Distrital nº 3.031/2002 instituiu o (a)

(A) Política Florestal do Distrito Federal.
(B) Política Ambiental do Distrito Federal.
(C) Sistema Distrital de Unidades de Conservação.
(D) Política de Habitação do Distrito Federal.
(E) Política Territorial do Distrito Federal.

QUESTÃO 47

O auditor fiscal de Atividades Urbanas – Especialidade Controle Ambiental, ao analisar uma denúncia de parcelamento irregular do solo, realiza consulta em alguns *softwares/sites* com informações oficiais. **Não** representa um exemplo de *software/site* utilizado para esse fim o (a)

(A) Geoportal/ SEDUH.
(B) Observatório da Natureza e Desempenho Ambiental – ONDA/IBRAM.
(C) Ouvidoria Geral do Distrito Federal – OUV-DF.
(D) Cadastro Ambiental Rural – CAR/SEAGRI.
(E) Sistema Distrital de Informações Ambientais – SISDIA/SEMA.

QUESTÃO 48

De acordo com a Lei Distrital nº 41/1989, após a análise das situações agravantes e atenuantes, as infrações podem ser classificadas em

(A) levíssimas, leves, médias e graves.
(B) leves, graves, muito graves e gravíssimas.
(C) leves, médias, graves e muito graves.
(D) levíssimas, leves, graves e gravíssimas.
(E) leves, médias, muito graves e gravíssimas.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 49

O Colibri é uma ferramenta que permite que o servidor faça

(A) pesquisa acerca de informações ambientais do Distrito Federal.
(B) agendamento de carro oficial.
(C) pesquisa a respeito dos licenciamentos emitidos pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal.
(D) consulta relacionadas a documentos e metadados, à visualização de mapas interativos, a painéis de monitoramento geoestatístico, gráficos interativos, imagens de drone e de satélite.
(E) agendamento de RPA (Remotely Piloted Aircraft, em português, Aeronave Remotamente Pilotada), conhecido como drone.

QUESTÃO 50

O Manual de Comunicação Oficial do Distrito Federal – documentos eletrônicos – publicado por meio do Decreto nº 44.610/2023, estabelece que na elaboração do texto, algumas diretrizes devem ser seguidas, entre as quais:

(A) usar palavras conhecidas do público-alvo; iniciar o texto com a informação mais importante e utilizar frase curtas.
(B) utilizar substantivos abstratos que indicam ação; escrever, sempre que possível, na voz passiva.
(C) não usar linguagem inclusiva.
(D) não usar recursos visuais que facilitam a leitura.
(E) usar palavras rebuscadas, o que mostra conhecimento superior ao público-alvo.

Área livre

Área livre

PROVA APLICADA

ATENÇÃO

Aguarde a autorização do fiscal para iniciar a prova.

PROVA ICADA

Realização iades
Instituto Americano de Desenvolvimento